



A CRUZ DE JESUS CRISTO E A SALVAÇÃO DOS SERES HUMANOS¹

The Cross of Jesus Christ and the salvation of the human being

Dietrich Korsch²

RESUMO

Discute-se nesse artigo a problemática moderna das interpretações da morte de Jesus que despontaram principalmente no contexto europeu desde o Iluminismo, em crítica às fórmulas doutrinárias da igreja a respeito da morte de Jesus. Abordam-se inicialmente os problemas que surgem naquelas proposições tradicionais que tentam entender a morte humana em si. Partindo da compreensão da vida e da morte humana, tenta-se, em seguida, avaliar as condições de possibilidade de se conseguir uma compreensão da morte de Jesus adequada com a autocompreensão moderna. Com base nesse critério, são avaliados três modelos de interpretação usualmente utilizados, visando identificar nessa análise seus pontos fortes, mas também seus pontos fracos. Por fim é esboçada uma imagem de Jesus que une o sentido de sua vida histórico-terrena com o seu sentido eterno e divino, no

¹ Artigo recebido em 11 de dezembro de 2017, e aprovado pelo Conselho Editorial em reunião realizada em 23 de novembro de 2018, com base nas avaliações dos pareceristas *ad hoc*.

² Prof. Dr. Dietrich Korsch é professor emérito da Universidade Philipps de Marburg, Alemanha, onde atuou como professor da cadeira de teologia sistemática e história da teologia. Detalhes de sua biografia encontram-se em: https://www.uni-marburg.de/fb05/fachgebiete/syst_theo/personal/korsch/biographie. E-mail: korsch@uni-marburg.de. A tradução deste texto original do alemão (título: *Das Kreuz Jesu Christi und das Heil der Menschen*) para o português foi feita pelo Prof. Dr. Claus Schwambach; e-mail: claus.schwambach@flt.edu.br.

horizonte hermenêutico maior da autocompreensão moderna.

Palavras-chave: Cristologia. Soteriologia. Jesus histórico. Cristo da fé. Morte de Jesus.

ABSTRACT

This article discusses the modern problematic of the interpretations of the death of Jesus that emerged mainly in the European context since the Enlightenment, in criticism of the doctrinal formulas of the church regarding the death of Jesus. The problems that arise in those traditional propositions that attempt to understand human death itself are initially addressed. Starting from the understanding of human life and death, we then try to evaluate the conditions of possibility of obtaining an adequate understanding of Jesus' death with modern self-understanding. Based on this criterion, three commonly used models of interpretation are evaluated, aiming at identifying in this analysis its strengths, but also its weaknesses. Finally, an image of Jesus is drawn which unites the meaning of his earthly-historical life with its eternal and divine meaning, in the greater hermeneutic horizon of modern self-understanding.

Keywords: *Christology. Soteriology. Historical Jesus. Christ of faith. Death of Jesus.*

Na tradição teológica europeia é articulada de forma reiterada, desde o Iluminismo, uma crítica às fórmulas doutrinárias da igreja, através das quais o sentido da morte de Jesus deve ser sintetizado e exposto às pessoas. Essa crítica tem por alvo principal insistir em que as formulações dogmáticas não se deixariam mais apropriar em um sentido religioso pelas pessoas, de maneira que, em lugar da fé em Deus, passar-se-ia a exigir a obediência à igreja. Assim, contra a doutrina que foi vista desde a Antiguidade até os primórdios da Modernidade como expressão compromissiva da fé cristã, protesta-se tanto em nome da autenticidade religiosa quanto em nome da autodeterminação social.

Nos últimos anos, essa crítica, que cresceu no chão do Iluminismo, zelou para que houvessem mais uma vez fortes debates nos espaços públicos das igrejas da Alemanha. De um lado encontram-se os críticos que se concentram principalmente na categoria do sacrifício como modelo de pensamento em relação à morte de Cristo. Em nome de um conceito de Deus livre de qualquer noção de violência, eles protestam contra a noção de que Deus estivesse exigindo um sacrifício, que viesse aplacar a sua ira contra o ser humano pecador. E de outro lado encontram-se pessoas, para quem o sentido de sua fé está ligado de modo muito forte a conteúdos, tais quais a antiga doutrina eclesialística o expressa. E entre esses dois grupos encontra-se um grande número de contemporâneos que não consegue inventar nada com tal tipo de debates, e que por isso apenas veem

neles o atestado evidente da irrelevância do cristianismo.

As discussões iluministas e atuais nos colocam diante da tarefa de diferenciar de forma exata entre o acontecimento da morte de Cristo e as figuras, através das quais nós tentamos compreender essa morte. Uma tal diferenciação entre o acontecimento e suas figuras interpretativas, se realizada num contexto europeu, também é ilustrativa sob o ponto de vista intercultural – pois a pergunta pelo relacionamento entre o evento da morte de Cristo e as categorias de sua compreensão coloca-se de modo especial de uma forma nova justamente lá, onde o cristianismo vive em outros contextos do que o contexto do antigo mediterrâneo e suas expressões centro-europeias correspondentes.

No duto de meu pensamento, procederei assim que primeiramente refletirei sobre os problemas que surgem naquelas proposições que tentam entender a morte humana em si. Com isso, nós obtemos uma perspectiva que nos permite avaliar as condições de possibilidade de conseguirmos uma compreensão da morte de Jesus. Com base nesse critério eu pretendo, em seguida, avaliar alguns sistemas de categorias usualmente utilizados, visando identificar nessa análise seus pontos fortes, mas também seus pontos fracos. Por fim eu tento desenhar uma imagem de Jesus que une o sentido de sua vida histórico-terrena com o seu sentido eterno e divino.

1 A MORTE DE JESUS COMO DESAFIO ILIMITADO À COMPREENSÃO

1.1 Compreender a vida e a morte

Não deixa de ser algo simplesmente extraordinário o fato de que nós, seres humanos, estejamos em condições de compreender a nossa vida. O pressuposto para tal reside no fato de que nossa vida não simplesmente transcorre, assim como um rio se embrenha por meio da paisagem, mas que nossa vida também contém uma estrutura interior que nos permite pensarmos a respeito de nós mesmos, muito embora nossa vida se mostre como sendo finita e aponte para um evidente sentido de direção rumo à morte. Tal direcionamento do sentido voltado para a morte acaba, por fim, destruindo todo e qualquer sentido da existência que construímos ao refletirmos sobre nós mesmos. Enquanto vivermos de forma ativa, perseguiremos, respectivamente, alvos construtivos, construiremos horizontes de sentido para

nós, em direção aos quais nos movemos em nosso agir. Possuir tais horizontes de sentido, compartilhá-los com outros, aproximarmo-nos deles, tematizar se os alcançamos ou erramos tais alvos – é isso que perfaz a plenitude da vida que nos cerca. Que nós nunca temos tais alvos da vida somente para nós mesmos, sim, que nós nem conseguimos tê-los só para nós mesmos, isso aponta para a convivência humana, que perpassa a totalidade da vida de cada um. No contexto de tais projeções do alvo da existência, nós não apenas nos programamos para preservar ou mesmo para ampliar a nossa própria vida; nós também perseguimos planos e perspectivas nos quais uma pessoa está aí para a outra, e umas estão aí para as outras: pais estão aí para os filhos, os casais estão aí um para o outro, e assim também os colegas de trabalho. E isso não é algo apenas individual; todo o conjunto de nosso sistema social e solidário existe por conta desse entrelaçamento que perpassa a vida que antecede a morte, que perpassa a existência. Por isso, é possível afirmar: tanto em nossas projeções do alvo quanto em nossas iniciativas em prol dos outros, a vida com seu direcionamento de sentido se faz forte contra a morte, rumo à qual ela vai enquanto vida corporal.

No entanto, quanto mais essa resistência contra a morte se fizer perceptível, e quanto mais os potenciais de sentido em nossa ação também fizerem um enfrentamento da morte – ao final, a morte sempre é o limite do sentido que pode ser percebido por nós. Isso se mostra de forma clara e dolorida lá, onde a morte irrompe insuspeita e prematura – então vemos como ali todas as construções de sentido em vista do futuro são destruídas. Isso se deixa perceber também de forma mais suave, onde a morte, após uma longa vida, exige que a pessoa vá se despedindo dessa vida. Também nesse caso um pedaço de sentido encontra seu fim com esperança e temor, com realização e com fracasso de sentido, e aqueles que estão ficando para trás precisam continuar e lidar com as coisas sozinhos. O que ainda persiste para além da morte, em lembrança e orientação, isso permanece totalmente nas mãos daqueles que guardam as lembranças [de quem partiu]. Por isso não nos é possível criar um sentido para além da própria morte. Aquilo que sobra de cada um de nós na memória dos outros subtrai-se de nossa influência – e isso ocorre mesmo que nós tenhamos tentado exercer tal influência de uma forma muito decidida sobre outras pessoas. Até mesmo a tentativa de fazer com que a nossa própria morte – em continuidade de uma existência em favor de outros em vida – venha a beneficiar outras pessoas, como algo que ocorre em situações extremas, ainda assim essa tentativa não pode estar certa de que logrará êxito. Pois

também após essa morte que estejamos dispostos a morrer em favor de outros, nos foi tomada qualquer possibilidade de influenciar o destino daqueles, pelos quais nós entregamos a nossa vida. Se há alguma vida em favor de outros, também é possível que haja uma morte em favor de outros – isso está fora de questão. Mas necessariamente permanece em aberto a questão, se essa intenção, de utilizar a sua vida em favor de outros, terá êxito e em que medida essa intenção poderá ser compreendida e também acolhida por outra pessoa. Em todos os casos podemos ter certeza de que um sentido que vá adiante, um legado, se algo como isso existir, em algum momento terá se esgotado. No máximo nós poderíamos tomar esse empenhar da vida [em favor de outros] como um símbolo – abstraí-lo da pessoa concreta, e torná-lo em um conceito ou modelo de um possível comportamento de outros, de pessoas que viverão mais tarde.

Nós podemos compreender a vida em seus limites, e isso é em elevada medida gratificante e revigorante. A morte, porém, consiste em uma limitação de sentido que não pode ser superada por nós, que provavelmente também terá efeitos sobre nossas tentativas de entender a nossa vida anterior à morte – um pensamento que o filósofo de Marburg e mais tarde de Freiburg, Martin Heidegger, tomou como ponto de partida para o seu pensamento³.

1.2 Compreender a morte de Jesus

Essas considerações relativamente simples já apontam para as dificuldades que se abrem quando se pretende compreender a morte de Jesus. Pois para isso há apenas duas possibilidades fundamentais, que são opostas entre si.

Ou a morte de Jesus deve ser compreendida puramente conforme o modelo de nossa morte humana. Então pode-se afirmar, no melhor dos casos: Jesus dedicou sua vida até adentrar a sua morte em favor de outros, e nisso perseverou. Que a morte aconteceu assim, a saber, na cruz, isso é algo que se deve totalmente às casualidades da história. O verdadeiro potencial de sentido de sua vida deve ser derivado de sua vida antes da morte, e deve ser visto no pensamento do amor ao próximo e do amor ao inimigo, como quintessência da doação de sua vida, que determinou a totalidade do seu existir. No entanto, essa interpretação também esbarra nos limites que foram mencionados há pouco. Pois ou a gente precisa

³ HEIDEGGER, Martin. **Sein und Zeit**. 19. ed. Tübingen: Max Niemeyer, (1927) 2006.

afirmar que a doação da vida feita por Jesus em favor dos seus em algum momento se esgotou – por exemplo no fato de ele ter sido executado sozinho, enquanto que seus discípulos foram poupados. Ou também pode-se compreender a morte de Jesus como imagem carregada de sentido, como símbolo, como epigrama de sua vida – a saber, como consumação do amor e, com isso, como modelo para nosso comportamento; mas então essa verdade de Jesus precisa ser sempre novamente realizada por nós mesmos em nossa vida. Ele é o estimulador e o pregador, os ouvintes e os agentes somos nós mesmos.

A opção alternativa consiste em não compreender a morte de Jesus conforme o mecanismo da nossa morte. E é isso que a cristandade fez desde os primórdios, ao afirmar que a morte de Jesus aconteceu “por nós”. Colocar a morte de Jesus em uma relação com Deus – essa é uma tarefa totalmente nova e singular, para a qual não temos à disposição condições de compreensão já definidas ou dadas. No entanto, nós necessitamos de tais condições, se nós quisermos entender alguma coisa. Essas condições – ou como se diz comumente: esses condicionamentos hermenêuticos –, no entanto, somente podem ser tomadas do ambiente de nossa vida finita (antes da morte). Por isso não pode nos admirar, que o cristianismo desde os tempos mais primitivos testou as mais diferentes concepções em relação à compreensão da morte de Jesus – o próprio Novo Testamento demonstra essa diversidade, e esses textos são, por sua vez, eles mesmos apenas a expressão ou o eco de tentativas de compreensão ainda mais antigas. Por isso pode nos surpreender ainda menos o fato de que todas as tentativas de aplicar tais condições de compreensão finitas à morte de Jesus, esbarrem em seus limites. Porém, não devemos cometer o erro de tomar tais limitações dessas categorias de explicação [da morte de Jesus] em suas evidentes insuficiências como indício de que não é possível afirmar absolutamente nada a respeito do relacionamento da morte de Jesus em relação a Deus, e de que por isso seja preciso que nos limitemos totalmente à vida de Jesus e aos ideais que se podem reconhecer nela. Se fizéssemos isso, a questão central do cristianismo, pela qual ele se distingue de todas as outras religiões, teria sido eliminada – a saber, de que esperamos por uma vida para além da morte pelo fato de Jesus ter morrido “por nós”. Na compreensão correta da morte de Jesus se decide, portanto, a essência do cristianismo.

2 TENTATIVAS DE COMPREENSÃO E SUA CRÍTICA

2.1 Três tipos de compreensão

Antes eu havia afirmado que, as categorias que nos devem auxiliar na compreensão da morte de Jesus “por nós” somente podem ser tomadas de nossa realidade experiencial. Mas é necessário que se trate de tais condicionamentos (alem. *Rahmenbedingungen*), que nos conduzam para além do indivíduo e de seus horizontes de sentido privativos. Essencialmente há três áreas, das quais esses pressupostos de compreensão (alem. *Verstehensvoraussetzungen*) são tomados: do âmbito do sacrifício, do direito penal e do direito civil.

Se nós não tomarmos o sacrifício como uma metáfora moderna para um dispor-se, eventualmente por causa de um sentido maior, mas como fenômeno da história da religião, então se pode afirmar que o sacrifício é uma práxis antiquíssima de um tipo de ritual muito rígido; não é necessário que nos reportemos aqui às suas origens e à alternância de suas formas. O pano de fundo comum de todas as concepções de sacrifício é, no entanto, que a vida humana com seu esforço de automanutenção – que em si mesmo é algo isento de problemas, pois ela se utiliza da vida de outros, i. e., as destrói – é colocada em uma relação com uma divindade (ou com mais divindades). Através do sacrifício, as pessoas dão à divindade, de modo exemplar, condensado num rito, a parte roubada da vida que lhe cabe de volta, ato através do qual o equilíbrio deve ser restabelecido. No Antigo Testamento essa concepção de sacrifício, que em si repousa sobre uma ação humana, foi modificada no sentido de que Deus mesmo é aquele que disponibiliza o mecanismo do sacrifício; conforme essa concepção, Deus não se encontra somente no lado do ente celestial, mas também no lado da dádiva sacrificial. Esse mecanismo, conforme o qual Deus mesmo faz com que a ordem que ele deseja seja restabelecida, está por detrás das tentativas do Novo Testamento de utilizar a concepção do sacrifício como horizonte de compreensão para a morte de Jesus⁴. Através disso se tenta dar

⁴ Elas são, quanto ao número, poucas: ao lado da passagem isolada e nenhum pouco clara de Rm 3.25 pode-se tomar principalmente a carta aos Hebreus com seu mundo conceptual cúlctico em consideração. Cf. FRIEDRICH, Gerhard. **Die Verkündigung des Todes Jesu im Neuen Testament**. 2. ed. Neukirchen: Neukirchener Verlag, 1985. Interessantemente o conceito de sacrifício, que sob o ponto de vista da história das religiões está a muito tempo ultrapassado, ainda está muito virulento na consciência contemporânea; isso aponta para uma intenção que possui um tipo de enraizamento

expressão a uma participação de Deus na morte de Jesus; porém, na compreensão disso dentro da lógica universal do sacrifício, a quintessência da morte de Jesus se perde, pois não se trata aqui de um sacrifício especial ao lado de todos os outros, mas se trata ela primeira e pela única vez de uma situação em que Deus mesmo é intimamente atingido, como fica evidente na ressurreição do crucificado; afinal, usualmente nenhum animal de sacrifício é ressuscitado e colocado em uma comunhão imediata com Deus.

Também os dois outros âmbitos interpretativos, que foram tomados do sistema do direito, a saber, o do direito penal e o do direito civil, querem trazer à expressão aspectos supra-individuais, sim, absolutos. No caso de atos culposos, trata-se não apenas de ações errôneas, que tivessem que ser avaliadas e condenadas conforme uma lei. Mas elas também dizem respeito à ordem jurídica em si, e isso pelo fato de elas, através do uso da violência, por exemplo, minarem a segurança jurídica e, com isso, acabarem se estendendo, como ações, para além de seu âmbito de validade imediato. Por isso, assim dita a antiga concepção, o castigo não consiste apenas em uma limitação da liberdade de movimento corporal ou nas condições financeiras; leva-se em conta além disso, de certa forma como momento de extrapolação, uma restituição simbólica da ordem jurídica que havia sido ferida – a expiação. Essa concepção sobreviveu e encontra-se até mesmo nas modernas teorias penais, tendo sobrevivido na forma da assim-chamada prevenção geral (alem. *Generalprävention*). Em cada castigo está embutida uma advertência: Fique longe da ordem jurídica! Pode-se imaginar que o castigo mais forte, no qual o excesso do castigo se torna real, é expresso pela pena de morte. E é possível querer ver por detrás desse castigo descomedido, o qual apenas protege a ordem jurídica ao eliminar um indivíduo sujeito à lei, à “ira de Deus”. Se se aplica essa forma do pensamento expiatório sobre a morte de Jesus, ela significa: o pecado das pessoas é tão pesado e grande, tão abissalmente destruidor para a ordem jurídica, que apenas uma morte a pode novamente restituir⁵. A ira de Deus exige a morte de Jesus. Com isso se aponta para a gravidade do pecado das pessoas e,

antropológico, de querer colocar em ordem a culpa.

⁵ Rastros desse horizonte de compreensão encontram-se no Novo Testamento, no conceito paulino de lei, cf. Rm

1.18-3.20, mas também em Martinho Lutero, cf. BAYER, Oswald. **Martin Luthers Theologie**. Eine Vergegenwärtigung. 3. ed. Tübingen: Mohr Siebeck, 2007, p. 177-192 [em português: BAYER, Oswald. **A teologia de Martin Lutero**. Uma atualização. São Leopoldo: Sinodal, 2007, p. 141-153].

isso também acaba sugerindo o uso dessa forma de interpretação. Mas ao mesmo tempo Deus mesmo é colocado sob o ditado da ordem jurídica; ele se torna no garante funcional desse sistema.

O mesmo também pode ser aplicado, embora de modo mais brando, para o uso de concepções advindas do direito civil. Quem deve alguma coisa ao outro, não deve apenas devolver aquilo que ele deve, mas também deve realizar uma espécie de compensação para o tempo transcorrido até a restituição. Nesse contexto pode-se entender a morte de Jesus como uma dádiva superdimensionada que é dada a Deus, a dádiva que transcende infinitamente todas as outras dádivas restitutivas de pessoas em valor. A vantagem desse modo de ver as coisas – e o direito relativo do mesmo – consiste no fato de que a morte de Jesus pode ser entendida como um ato de sua obediência, e não apenas como um exemplo que tem nele sua referência⁶. Aceitar essa dádiva não requer a concepção de um Deus irado, que estaria com medo de que a ordem jurídica viesse a ser perdida, mas antes parte-se nessa concepção de Deus como um devedor que precisa ser apaziguado. No entanto, esse já é também o limite desse modelo: ocorre uma humanização muito grande de Deus.

2.2 A crítica moderna dessas tipologias

É facilmente perceptível, eu já havia mencionado isso, que já esses âmbitos de categorias, nos quais as tentativas de compreensão se devem orientar, possuem seus limites imanentes. Esses também se revelam no fato de que em nenhum lugar um desses âmbitos de compreensão – e muito menos em rigor sistemático – tenha sido utilizado de forma exclusiva para esclarecer o assunto. Esses âmbitos de compreensão possuem, além disso, todos juntos, também um limite externo, e esse torna o seu uso contemporâneo totalmente impossível. Esse limite tornou-se claro com a autoconsciência humana moderna (alem.: *das moderne menschlich Selbstbewusstsein*). Ele consiste numa objetividade aparente, segundo a qual o relacionamento entre Deus, Jesus e nós, pessoas, deve ser descrito conforme as noções do sacrifício religioso e da ordem jurídica universal.

⁶ Isso se pode encontrar prefigurado no discurso sobre o escrito de dívida, que foi pregado na cruz, Cl 2.14, e sob outras condições desenvolvido de forma sutil no tratado clássico de Anselmo de Canterbury *Cur Deus homo* – um texto que atualmente em quase todos os lugares é caricaturizado e mal entendido: o pensamento do sacrifício nem aparece em Anselmo.

Não apenas a figura do sacrifício possui suas fragilidades conceituais, quando ela é aplicada a Jesus; mais ainda: a compreensão de que aqui estivesse sendo consumada alguma coisa fora de nós mesmos, que devesse ser relevante para nós, é insustentável. Com isso o discurso de que “Jesus é o sacrifício” se anula de dupla forma, por motivos internos e externos; e isso vale, de modo análogo, também para a compreensão de recompensa e de devolução.

Pois a autoconsciência moderna (alem.: *das moderne Selbstbewusstsein*) insiste com todo direito em sua responsabilidade moral individual, que deve ser respeitada por todas as regras e leis objetivas. Por isso uma ato ou realização (alem.: *Leistung*), que é feita através de um outro sujeito como sendo eu, é para mim mesmo, enquanto sujeito moral, irrelevante. Alguém pode por exemplo me presentear dinheiro, mas não consegue, através disso, retirar de mim a minha responsabilidade própria. Pelo contrário: Lá, onde me fosse oferecido um “substituto” de minha personalidade, por assim dizer, objetivo, eu seria em elevada medida cético. Um relacionamento com Deus, no entanto, que se construísse sobre tais relações de dádivas externas, seria para minha vida íntima em responsabilidade própria não apenas irrelevante, mas um estorvo e teria que ser até mesmo combatido como tal.

Esse modelo da autoconsciência humana (alem.: *Modell des humanen Selbstbewusstseins*) também imprime sua marca sobre a imagem de Deus. O Deus, que deve significar algo para nossa vida interior, não pode ser pensado como um ser que se deva satisfazer através de sacrifícios. Ele deve ser alguma outra coisa do que um garante da ordem jurídica, que afinal repousa sobre a legislação positiva do ser humano. Ele nem mesmo deve ser imaginado como um homem de negócios, ao qual nós devolvemos alguma coisa que nos passou imperceptível. Através disso a crítica da unilateralidade dos modelos interpretativos utilizados adquire um tom fundamental: todos eles ainda são marcados por um objetivismo, que não se deixa conciliar com a consciência moderna de uma personalidade moralmente responsável. Essa constatação torna necessário envolver-se com uma perspectiva subjetiva, que inclui a vida de Jesus e o seu relacionamento com Deus. Ou dito de outra forma: um relacionamento da morte de Jesus, que reivindica compreendê-la em sua relação com Deus, só pode dizer respeito a nós mesmos, se por ele o nosso próprio relacionamento com Deus se transforma.

3 A PALAVRA DE JESUS SOBRE DEUS E A HISTÓRIA DE JESUS COM DEUS

A pergunta pelo Jesus histórico foi discutida longamente na teologia, especificamente na ciência neotestamentária, bem como na teologia sistemática – com diferentes resultados, no que diz respeito à reconstrução histórica, sua possibilidade e exatidão na distinção dos dados relativos aos contemporâneos de Jesus, bem como com avaliações contraditórias no que diz respeito ao significado dessa reconstrução para a fé⁷. Tudo isso naturalmente não pode ser abordado aqui. Nesse contexto aqui minha intenção é destacar apenas os seguintes dois momentos: primeiramente deve haver algo como que uma imagem (alem.: *Bild*) de Jesus, que tenha condições de surgir diante de nossos olhos. Depois, a relação entre essa imagem do Jesus terreno e sua compreensão antes da ressurreição deve ser concebida de tal modo, que ambos aspectos absolutamente não se excluam.

Quanto à exigência de uma imagem do Jesus terreno, esta remete para o fato de que os textos do Novo Testamento se reportem a Jesus como sendo uma pessoa histórica. Por isso nós não devemos começar primeiramente com as interpretações que são dadas no Novo Testamento, mas precisamos poder nos colocar em uma postura que nos permita compreender, como essas interpretações no Novo Testamento podem ter surgido. Nós precisamos, portanto, nos empenhar por conseguir imaginar o caminho pelo qual a confissão de Jesus como o Cristo surge.

Se nos orientamos inicialmente na vida e no comportamento de Jesus, tais quais eles transparecem nos textos do Novo Testamento, então parece que, de um lado, Jesus apareceu como um profeta que anuncia o fim próximo do mundo: “O Reino de Deus está próximo. Arrependei-vos e crede no evangelho”, assim a sua mensagem central sumária, colocada bem no início de sua atividade de pregação (Mc 1.15; Mt 3.2). De outro lado parece que Jesus se utilizou do papel de um mestre da sabedoria: “Olhai para os lírios do campo” (Mt 6.28). Essa conexão característica de diferentes tipos religiosos e diferentes tradições mostra que a característica própria de Jesus não se deixa entender a partir desses tipos. Nós

⁷ Cf. THEISSEN, Gerd; MERZ, Annete. **Der historische Jesus**. Ein Lehrbuch. 2. ed. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1997, p. 447-492. SCHRÖTER, Jens. **Jesus von Nazaret, Jude aus Galiläa** – Retter der Welt. (Biblische Gestalten 15). Leipzig: Evangelische Verlagsanstalt, 2012, p. 14-36.

somente os percebemos, se observarmos a situação da época que eles têm em mira.

Para aquela situação é assim que o reino de Deus que é anunciado como ainda vindouro, simultaneamente também é visto como já estando presente. Conseguir formular essa imbricação desses aspectos – sob um ponto de vista sistemático e da história das religiões – iria requerer muito mais espaço do que o aqui disponível. Importante é, no entanto, que através dessa imbricação a pessoa de Jesus como a do pregador recebe uma posição especial: Jesus se torna, em certa medida, na porta de entrada para o Reino de Deus, e isso é algo bem diferente do que aquilo que encontramos em João Batista, que evidentemente deve ser posto ao lado dos profetas, que esperavam por algo vindouro. Essa constatação nós podemos extrair puramente dos discursos de Jesus sobre Deus; nós nem necessitamos fazer a tentativa (que metodologicamente também iria fracassar) de querer reconstruir algo como que uma autocompreensão piedosa (alem. *Frommes Selbstbewusstsein*) do Jesus histórico. Certamente ele deve ter tido uma compreensão a respeito dele próprio, como todas as pessoas. Mas a questão é essa que, assim como também acontece conosco, não é de modo algum certo que nós já disponhamos sobre a compreensão correta a respeito de nós mesmos. E também não é assim que nós precisássemos partilhar de sua autocompreensão, mesmo que a pudéssemos compreender. A mesma coisa precisa ser dita a respeito de um possível pressentimento da morte de Jesus. Quando Jesus subiu (pela última vez) a Jerusalém, pode ter estado diante de seus olhos um conflito sério com os organismos religiosos e políticos, de modo que uma morte não poderia ser excluída; eventualmente ele até mesmo tenha procurado o confronto. Mas qual significado e quais consequências essa eventual ameaça de morte poderia ter, nenhum ser humano pode dizer a partir da perspectiva de sua vida – também Jesus não. Caso ele tenha dado interpretações do sentido de uma morte (o que nós não sabemos), então estas não seriam de modo algum obrigatórias para a compreensão de sua morte, mas no máximo deveriam ser avaliadas como sendo um posicionamento antecipado inevitável de uma pessoa em relação à sua morte antes de sua morte.

No momento, porém, onde Jesus é executado na cruz, o conteúdo de sua pregação fica ameaçado ao máximo, sim: ela precisa aparentar como tendo sido refutada. Pois o Reino de Deus estava ligado a sua pessoa e a atualização que acontecia através dela. A morte é o limite do sentido – também para a vida que parecia ser tão cheia da presença de Deus. Esse pensamento do limite do sentido, que não pode ser superado a partir da vida vivida, também vale para cada

compreensão da morte de Jesus que for articulada. Por isso a pergunta pelo sentido da morte de Jesus não pode ser respondida de modo conclusivo, assim como se a gente tivesse encontrado a resposta a uma charada, que depois simplesmente pode ser considerada como resolvida. A compreensão do sentido da morte de Jesus está, antes, ligada com o respectivo sentido da vida daqueles, aos quais essa compreensão é partilhada. O ponto inicial desse reconhecimento ou compreensão denomina-se: ressurreição do Jesus crucificado através de Deus mesmo⁸. Portanto, reconhecimento da vida e do destino de morte de Jesus por Deus. A morte de Jesus pertence, assim o afirma a ressurreição, à vida de Jesus – em vez de ser simplesmente o seu fim, o qual foi, pela graça de Deus, novamente revertido. Expresso em uma imagem: quando o crucificado com suas marcas de pregos, Jesus Cristo está sentado à direita de Deus, o Pai.

O conteúdo dessa compreensão consiste em que o Reino de Deus não é refutado através da morte de Jesus, mas a sua forma modificada. Sobre a presença do Reino de Deus na pregação de Jesus pode se afirmar: Deus se aproxima de forma imediata das pessoas que vivenciam isso; dos doentes que são curados, tanto quanto dos pobres, que são chamados de bem-aventurados. Sobre o Reino de Deus que também inclui a morte de Jesus pode-se afirmar: o Reino de Deus vem de modo imediatamente próximo a todas as pessoas de todos os tempos em todas as circunstâncias de vida (incluindo as que contradizem Deus de modo contundente). Ele vem, portanto, aos seres humanos antigos em Israel logo após a morte de Jesus, como também a nós, em uma distância de quase dois mil anos. Como podemos imaginar essa transformação? Da seguinte forma: a execução de Jesus que foi – provavelmente não sem anuência, e talvez até mesmo em decorrência da ação das autoridades religiosas de Israel – operacionalizada pelos Romanos, deve ter tido, como tudo no mundo, diferentes, eventualmente dificilmente conciliáveis, e em todos os casos, razões históricas contingentes. O resultado dessa execução foi, porém – justamente: totalmente sem que as suas motivações tivessem desempenhado algum papel relevante! – que a presença do reino vindouro de Deus foi desmentida. Nesse sentido a morte de Jesus representa, para além das motivações históricas que a ela levaram, uma contradição em relação ao próprio Deus. Mas pelo fato de a morte de Jesus ter sido reconhecida por Deus por força da ressurreição, essa contradição ativa contra Deus é superada pelo próprio Deus. A gente deve dizer isso com toda clareza: a ressurreição de

⁸ Sobre as modalidades desse conhecimento veja SCHRÖTER, 2012, p. 303-323.

Jesus dos mortos dá a conhecer que Deus mesmo se deixou atingir pela morte de Jesus, enquanto negação de sua presença imediata junto às pessoas; tão certo como somente Deus mesmo possa ser cogitado como a origem da ressurreição. E ele se deixou atingir de tal modo que aquele, que agora é imaginado como o que está sentado à direita de Deus, é, ele mesmo, reconhecido como um ser divino. Dessa forma pode-se e deve-se sublinhar: a morte de Jesus é como a morte do filho de Deus, a morte de Deus mesmo. Deus supera na ressurreição de Jesus a sua própria morte. Isso tudo só pode ser mencionado aqui em uma forma altamente compacta, de forma muito breve. Se o tema for desenrolado, chega-se por questões de mérito na doutrina da trindade, que é a mais exata forma de falar sobre Deus que nos é possível.

Pode-se chegar, então, às seguintes conclusões a partir desse breve esboço: no reconhecimento da morte de Jesus está dado que também a maior distância possível de Deus, a mais poderosa oposição contra Deus, a vida mais pecaminosa em contradição a Deus é procurada por Deus mesmo e é por ele superada. Com isso Deus se torna, porém, no limite da vida – esse limite não é mais a morte⁹. Isso significa, no entanto: a morte de Jesus é o convite divino de conduzir a própria vida dentro do limite de sentido que Deus mesmo representa. Nós devemos trabalhar nessa diferença, de modo que saibamos que nossa vida primeiramente é limitada dolorosamente pela morte, mas, então, salvadoramente limitada por Deus. A presença de Deus perpassa o limite da morte – para dentro de nossa vida presente. Isso é, para o dizer com Lutero, vida e bem-aventurança. Conduzir-nos a essa vida, para dentro dessa bem-aventurança, esse é o sentido da morte de Jesus Cristo.

REFERÊNCIAS

- BAYER, Oswald. **Martin Luthers Theologie**. Eine Vergegenwärtigung. 3. ed. Tübingen: Mohr Siebeck, 2007.
- BAYER, Oswald. **A teologia de Martin Lutero**. Uma atualização. São Leopoldo: Sinodal,

⁹ Essa é a questão central do questionamento de Rudolf Bultmann a Martin Heidegger em seu merecidamente famoso artigo sobre a desmitologização: BULTMANN, Rudolf. Neues Testament und Mythologie. Das Problem der Entmythologisierung der neutestamentlichen Verkündigung. In: **Kerygma und Mythos**. Ein theologisches Gespräch. Hg. V. Hans-Werner Bartsch. 5. ed. Hamburg-Bergstedt, 1967, p. 15-48.

2007.

BULTMANN, Rudolf. Neues Testament und Mythologie. Das Problem der Entmythologisierung der neutestamentlichen Verkündigung. In: **Kerygma und Mythos**. Ein theologisches Gespräch. Hg. V. Hans-Werner Bartsch. 5. ed. Hamburg-Bergstedt, 1967.

FRIEDRICH, Gerhard. **Die Verkündigung des Todes Jesu im Neuen Testament**. 2. ed. Neukirchen: Neukirchener Verlag, 1985.

HEIDEGGER, Martin. **Sein und Zeit**. 19. ed. Tübingen: Max Niemeyer (1927) 2006.

SCHRÖTER, Jens. **Jesus von Nazaret, Jude aus Galiläa – Retter der Welt**. (Biblische Gestalten 15). Leipzig: Evangelische Verlagsanstalt, 2012.

THEISSEN, Gerd; MERZ, Annete. **Der historische Jesus**. Ein Lehrbuch. 2. ed. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1997.

